



SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Obras

1. OBJETO:

Contratação de empresa para aquisição de material de construção para atender as necessidades do município de João Dourado-Bahia.

2. JUSTIFICATIVA

Aquisição de material de construção, devido a utilização em obras públicas para garanti em conformidade com as normas técnicas e de segurança, garantindo que os produtos adquiridos atendam aos padrões de qualidade estabelecidos. Realização de demandas do município de João Dourado na manutenção e reforma de escolas, unidades de saúde dentre outras atividades, para atender demandas deste município.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. São descrições e especificações do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM	Unid.	QUANT
1	ARAME N. 14 REVESTIDO EM PVC	Kg	100
2	ARAME OVALADO LISO PARA CERCA COM 1.000 METROS	ROL	50
3	ARAME OVALADO LISO PARA CERCA COM 500 METROS	ROL	50
4	ARAME, DE AÇO, RECOZIDO N. 18	KG	2000
5	ARAME, FARPADO REVESTIDO EM CAMADA DE ZINCO, DIÂMETROS DOS FIOS 1,60 MM, DISTANCIA ENTRE FARPAS 125 MM, TORÇÃO DE FIOS ALTERNADA, NBR 6317/82. EMBALAGEM: ROLO COM 250 METROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	ROL	100
6	ARAME, FARPADO REVESTIDO EM CAMADA DE ZINCO, DIÂMETROS DOS FIOS 1,60 MM, DISTANCIA ENTRE FARPAS 125 MM, TORÇÃO DE FIOS ALTERNADA, NBR 6317/82. EMBALAGEM: ROLO COM 500 METROS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	ROL	100
7	ARAME, LISO, EM AÇO GALVANIZADO, N. 18.	KG	200
8	ARAME, LISO, EM AÇO GALVANIZADO, Nº 14.	KG	200
9	ARAME, LISO, EM AÇO GALVANIZADO, Nº 16.	KG	200
10	ARAME, LISO, EM AÇO GALVANIZADO, Nº 20.	KG	200
11	BASCULANTE DE ALUMÍNIO DE 1,00 X 1,00CM	UND	30
12	BASCULANTE DE ALUMÍNIO DE 40 X 40CM	UND	30
13	BASCULANTE DE ALUMÍNIO DE 50 X 50CM	UND	30
14	BASCULANTE DE ALUMÍNIO DE 60 X 60CM	UND	60
15	BASCULANTE DE ALUMÍNIO DE 80 X 1,00CM	UN	30
16	CALHA, PREMOLDADA, EM CONCRETO, TIPO RADIER COM 0.40 X 0.10 X 18 CM.	M	10
17	CALHA, PREMOLDADA, EM CONCRETO, TIPO RADIER COM 0.40 X 0.12 X 0.18 CM.	M	10
18	CHAPA EM AÇO 3/16 2.00 X 1.00	UND	10
19	CHAPA GALVANIZADA 01.25MM 18 2.00 X 1.00	UND	10
20	CHAPA XADREZ 3/13 2.00 X 1.20	UND	10
21	COLUNA ARMADA 17X07 EM FERRO 3/8 COM 06 METROS	UND	500
22	COLUNA ARMADA 17X07 EM FERRO 5/16 COM 06 METROS	UND	500



23	CORRENTE DE AÇO 4MM	KG	50
24	CORRENTE DE AÇO 6MM	KG	50
25	CORRENTE DE AÇO 8MM	KG	50
26	CORRENTE DE AÇO 10MM	KG	50
27	ELETRODO, 2.5 MM, RUTILICO PARA USO GERAL, NORMA AWS E-6013, AMPERAGEM RECOMENDADA 95 A 140 EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	KG	500
28	ELETRODO, 3.25 MM, RUTILICO PARA USO GERAL, NORMA AWS E-6013, AMPERAGEM RECOMENDADA 95 A 140 EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	KG	100
29	ELETRODO, 4 MM, ELETRODO BÁSICO PARA USO GERAL, NORMA AWS E-7018, AMPERAGEM RECOMENDADA 130 A 205 EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	KG	50
30	FERROLHO ZINCADO 500X3	UND	33
31	FERROLHO ZINCADO 500X4	UND	45
32	FERROLHO ZINCADO 500X5	UND	35
33	GONZO 12.50MM ½	PAR	35
34	GRAMPO, EM AÇO GALVANIZADO, PARA USO EM CERCA	KG	50
35	METALON 20X20 GALVANIZADO NA CHAPA 18 COM 06 METROS	UND	200
36	METALON 30X20 GALVANIZADO NA CHAPA 18 COM 06 METROS	UND	200
37	METALON 30X30 GALVANIZADO NA CHAPA 18 COM 06 METROS	UND	200
38	METALON 30X50 GALVANIZADO NA CHAPA 18 COM 06 METROS	UND	200
39	TELA DE ARAME REVESTIDA EM PVC TRANÇADA EM CORES MALHA DE 54MM FIO 12 MM	M ²	2000
40	TELA DE ARAME REVESTIDA EM PVC TRANÇADA EM CORES MALHA DE 54MM FIO 14 MM	M ²	2000
41	TELA DE ALAMBRADO FIO 12 - MALHA 2 POL 54MM	M ²	2000
42	TELA DE ALAMBRADO FIO 14 - MALHA 2 POL 54MM	M ²	2000
43	TUBO PRETO CHAPA 1/4 DE 2.1/2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
44	TUBO PRETO CHAPA 1/4 DE 3" POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
45	TUBO PRETO CHAPA 18 DE 3/4 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
46	TUBO PRETO CHAPA 14 DE 2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	300
47	TUBO PRETO CHAPA 14 DE 3 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	100
48	TUBO PRETO CHAPA 16 DE 2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	500
49	TUBO PRETO CHAPA 16 DE 3 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	100
50	TUBO GALVANIZADO CHAPA 1/8 DE 2.1/2 POLEGADAS C/06 METROS	UND	50
51	TUBO GALVANIZADO CHAPA 1/8 DE 3 POLEGADAS C/06 METROS	UND	40
52	TUBO GALVANIZADO CHAPA 1/8 DE 4 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
53	TUBO GALVANIZADO CHAPA 14 DE 2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	100
54	TUBO GALVANIZADO CHAPA 14 DE 3 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
55	TUBO GALVANIZADO CHAPA 14 DE 4 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
56	TUBO GALVANIZADO CHAPA 16 DE 1.1/2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	45
57	TUBO GALVANIZADO CHAPA 16 DE 1" POLEGADAS COM 06 METROS	UND	33
58	TUBO GALVANIZADO CHAPA 16 DE 2 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	100
59	TUBO GALVANIZADO CHAPA 16 DE 2.1/2 POLEGADAS C/ 06 METROS	UND	40
60	TUBO GALVANIZADO CHAPA 16 DE 3 POLEGADAS COM 06 METROS	UND	50
61	VERGALHAO, CA 60, SOLDAVEL - BITOLA 5,0 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
62	VERGALHAO, CA 50, NERVURADO - BITOLA 6,3 MM, COM 12 METROS.	UND	5000



63	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 8,0 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
64	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 10,0 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
65	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 12,0 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
66	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 16,0 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
67	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 20 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
68	VERGALHAO, CA 50, SOLDAVEL - BITOLA 25 MM, COM 12 METROS.	UND	5000
69	ZINCO GALVANIZADO DE 1 METRO	KG	500
70	ZINCO GALVANIZADO DE 40 CM	KG	500
71	ZINCO GALVANIZADO DE 50 CM	KG	500
72	ZINCO GALVANIZADO DE 60 CM	KG	500

JUSTIFICATIVA PARA NÃO ESTABELECEM EXCLUSIVIDADE OU COTAS EXCLUSIVAS PARA ME/EPP NO PROCESSO LICITATÓRIO:

A opção por não estabelecer exclusividade ou cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no processo licitatório em João Dourado/BA para aquisição de materiais de construção civil, especialmente ferro, visa promover a competitividade, e cumprir a legislação vigente. Essa abordagem busca estimular o desenvolvimento local, permitindo a participação de empresas da região, enquanto assegura a obtenção da melhor relação custo-benefício para o município, contribuindo para a eficiência e economicidade nas futuras obras municipais.

4. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A adjudicatária fica obrigada a entregar os produtos, quando solicitado através de Ordem de Compras, nas condições estabelecidas neste Termo, no prazo não superior a (10) dias úteis, contados da data do recebimento da respectiva Ordem.

4.2. O envio da Ordem de Compras à CONTRATADA poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio válido de comunicação.

4.3. Os produtos deverão ser entregues no Local determinado pela Secretaria de Obras no município de João Dourado, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente compreendido entre 08h00minh às 11h00minh e entre 14h00min às 17h00min, sem custos adicionais.

4.4. A CONTRATANTE fica obrigada a substituir os serviços defeituosos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento da notificação pela Secretaria solicitante.

5. DA GARANTIA

5.1. O prazo de garantia dos serviços será conforme o manual do fabricante, além do prazo legal estipulado pelo código de defesa do consumidor.

6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

6.1. A dotação orçamentária para a contratação para o exercício de 2023 será:

6.2. Elemento de Despesa: 33903000 – Material de Consumo

6.3. Projeto: Registro de Preço

6.4. Fonte de recursos: Registro de Preço

7. VIGÊNCIA

7.1. O Contrato/Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 meses, contados da assinatura do contrato ou instrumento similar.



8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação o licitante **DEVERÁ** apresentar, para **todos** os itens/lotos:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;
- c) prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedida pelo distribuidor judicial da sua sede.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A certificação do material também deve ser levada em consideração durante a comparação de preços. De acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), todos os materiais da construção civil devem estar alinhados com as NBRs, a fim de oferecer mais qualidade, desempenho e segurança durante e após a obra.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

9.1. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

- 9.1.1. Provisoriamente: de posse da proposta respectiva, serão recebidos os serviços para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, e outros dados pertinentes constantes neste Termo de Referência e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para sua correção.
- 9.1.2. Definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência dos serviços e, estando de acordo com a Ordem de Compra, será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe) ou nas vias da Nota Fiscal.



9.2. O recebimento definitivo não eximirá o prestador de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria Solicitante venha a fazer, baseada na existência de serviço inadequado para uso.

9.3. Na hipótese de os serviços apresentar irregularidade não sanada, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.

9.4. No caso de não entrega, prestação inadequada ou em desacordo a este Termo, a Secretaria solicitante fará um comunicado interno para o setor de Licitações informando as irregularidades encontradas. Após isso, a contratada estará sujeita às penalidades conforme disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e Decreto 10.024/2019.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

10.2. Indenizar o município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da entrega ou da prestação de serviços, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

10.3. Cumprir fielmente as exigências deste Termo de Referência.

10.4. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas Leis 8.666/93, 10.520/02 e Decreto 10.024/2019.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na efetiva prestação dos serviços, fixando prazo para corrigi-la;

11.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

11.3. Fiscalizar a prestação dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

11.4. Rejeitar todo e qualquer produto/serviço em desconformidade com as especificações deste termo de referência;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor designado por este, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência do contrato, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência.

12. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

12.1. Atividade exercida de modo sistemático pela Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste Termo, bem como a gestão do seu cumprimento, a Secretaria Municipal solicitante através do titular da pasta e do servidor Hian dos Santos Dourado, como fiscal da execução do mesmo.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. O pagamento decorrente da prestação de serviços dos serviços será efetuado



em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, CRF/FGTS e CNDT vigentes.

13.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega/prestação de serviços dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;

13.3. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeiro ou paralisação da execução do objeto deste Termo.

13.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

14. PENALIDADES

14.1. A CONTRATADA, deixando de entregar os documentos exigidos, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município e se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como declarado inidôneo, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais.

14.2. Ficam estabelecidos dos seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando houver descumprimento contratual:

14.2.1. 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na prestação do serviço, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, limitada ao valor total até o 30o (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total dos serviços constantes na Nota de Empenho.

14.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da CONTRATADA injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

14.3. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante.

14.4. As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente como previstas nas Leis Federais nº. 10.520/2002, 8.666/93 e Decreto 10.024/2019, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

1. HIAN DOS SANTOS DOURADO

PAULO CEFAS NUNES DOURADO
SECRETARIA DE OBRAS